

**Universidade de Brasília
Faculdade de licenciatura em educação Física
Universidade aberta do Brasil – Pólo – UAB 3**

INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Patrícia Nunes

BURITIS MG – 2014

INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Palavra chave: inclusão – educação física – ensino regular

Patrícia Nunes

Trabalho Monográfico apresentado
como requisito final para aprovação na
disciplina trabalho de conclusão de
curso II do curso de licenciamento em
Educação Física do programa UAB da
universidade de Brasília - Pólo Buritis–
MG

Orientador: Luiz Cezar dos Santos

Dedicatória

Esta pesquisa é dedicada a Deus pelo dom da vida, pela força diária, saúde e coragem que me concedeu durante essa árdua jornada e pela vitória tão almejada ao concluir este curso. A minha família pelo alicerce que me proporcionou para que chegasse até aqui, aos meus colegas de sala de aula, que sempre me incentivarão ao caminho da vitória.

Epígrafe

“Posso admitir que o
deficiente seja vítima do
destino. Porém não posso
admitir que seja vítima da
indiferença.”

(John Kennedy)

Agradecimentos

Primeiramente ao nosso grandioso esoberano DEUS, pelas lutas e vitórias.

Agradeço de coração a todos meus familiares, esposo, filhos, mãe e irmãos.

Por terem compreendido minhas aflições e anseios em concluir este curso e, principalmente, esta monografia, fico extremamente agradecida, pelas horas que todos dispensaram para lutar junto a mim com muito amor e carinho, e aqui participar desse mérito alcançado, que é a finalização deste curso.

Aos tutores e orientadores desta renomada Instituição de Ensino, que muito contribuíram para meu crescimento e desenvolvimento.

Sumario

INTRODUÇÃO-----	9
JUSTIFICATIVA-----	11
4- REVISAO DE LITERATURA-----	12
4.1- CONCEITUAÇÃO E TERMINOLOGIA DA DEFICIENCIA-----	12
4.2 DIFERENTES FASES DO PROCESSO DE INCLUSÃO-----	13
4.3 TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NO BRASIL--	16
4. 4- EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO E PRATICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA-----	23
METODOLOGIA-----	25
ANÁLISE E DISCUSSÃO-----	26
ANALISE DOS DADOS-----	37
CONCLUSÃO-----	39

RESUMO

A Educação Inclusiva é sem dúvida, um dos maiores desafios dos tempos atuais. Desenvolvida a partir da década de 70, ela envolve muito mais que a pessoa com deficiência, envolve também a família, a escola e a sociedade. O presente estudo pretende verificar e conhecer as concepções e atitudes dos professores de Educação Física em relação à Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física do ensino regular e o nível de capacitação dos professores para lidar com o processo de inclusão em suas aulas, buscando analisar as circunstâncias interativas que estes alunos estabelecem com os colegas e com os professores e ao mesmo tempo observar a inserção dos mesmos no contexto de uma escola de ensino regular, em que a maioria dos alunos, não apresenta nenhuma necessidade Educacional. Sendo assim, a pesquisa busca discutir sobre processo de inclusão focado em três momentos: primeiro um breve percurso histórico mostrando os diferentes tipos de inclusão; em seguida, uma breve reflexão sobre a terminologia “necessidade educativa especial”, que é a função da escola e a relação entre professor/aluno para o sucesso na aprendizagem. Por fim foi apresentada a coleta e análise de dados, através de questionários realizadas com os professores de Educação Física e Coordenadoras Pedagógicas no ensino regular nas escolas Municipais e uma (1) Estadual no Município de Buritis - MG sobre as práticas pedagógicas e metodológicas aplicadas no processo de inclusão. Os resultados mostram que as escolas, e os professores de Educação Física não se encontram preparados para lidar com a diversidade do aluno, sobretudo com os que apresentam deficiência ou dificuldade de aprendizagem que exigem maior grau de adaptação curricular.

Palavra chave: inclusão – educação física – ensino regular

Abstract

Inclusive education is undoubtedly one of the biggest challenges of modern times. Developed from the 70s, which involves much more than the disabled person also involves the family, school and society. This study aims to determine and identify the concepts and attitudes of physical education teachers on the inclusion of students with special needs in regular education classes and the level of physical education teacher training to deal with the application process for the their classes, trying to analyze the interactive circumstances that these students have with their peers and teachers, observing insert them within a mainstream school where most students, shows no educational need. Thus, the research seeks to discuss the process of inclusion focused in three stages: first a brief history showing the different types of inclusion; then a brief reflection on the term "special educational needs " , which is the school function and the relationship between teacher / student for success in learning. Finally was presented the collection and analysis of data through questionnaires carried out with the teachers of Physical Education and Pedagogical Coordinator in mainstream education in local schools and one (1) State the city of Buritis - MG on the pedagogical and methodological practices applied in inclusion process. The results show that schools and physical education teachers are not prepared to deal with the diversity of the student, especially with people with disabilities or learning difficulties that require a higher degree of curricular adaptation.

Keyword: inclusion - physical education - regular education.

INTRODUÇÃO

O tema desta monografia busca conhecer, investigar e pesquisar sobre inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas aulas de Educação Física do ensino regular em quatro escolas do Município de Buritis – MG e verificar sobre a prática pedagógica da Educação Física diante do desafio da inclusão. Para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se responder ao questionamento: como analisar a eficiência do processo de inclusão do aluno com deficiência na rede pública de ensino, a partir da eficácia do programa de adaptação curricular nas aulas de Educação Física? É possível uma prática pedagógica de qualidade, de forma a proporcionar a aprendizagem e realmente incluir alunos com deficiência na rede regular de ensino?

A escolha do tema justifica-se, como forma de entender como ocorre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escola de ensino regular, perante uma sociedade que precisa vencer preconceitos, rever valores e buscar novos paradigmas diante de uma inclusão para todos.

A pesquisa, objetiva também analisar como é o papel do professor diante da inclusão uma vez que é responsabilidade da escola preparar o aluno para que possa viver com a diversidade, considerando que somos todos diferentes. Verificar se na prática existe condições necessárias para a aprendizagem, atendimento apropriado para o desenvolvimento integral de potencialidades e habilidades na escolarização dos alunos e, principalmente, se a inclusão propicia essa aprendizagem.

Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a autores e materiais disponíveis sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ensino regular, pesquisa de campo para melhor conhecer essa realidade, e questionários, um específico para os professores de Educação Física e outro para as Coordenadoras Pedagógicas. No rumo da investigação a pesquisa se organiza em três momentos: conceituação e terminologia da deficiência; as diferentes fases do processo de inclusão, evidenciando ao longo de diversas épocas e culturas; a trajetória da Educação Especial e Inclusão no Brasil; e a Educação Física, Inclusão e Prática pedagógica na escola, onde fala da importância da Educação Física adaptada

na escola ressaltando que através da Educação Física o professor poderá conhecer a necessidade, os interesses e as possibilidades de cada aluno e de cada grupo com que trabalha e por ultimo foi realizada a análise dos dados obtidos através de questionários e da observação da inclusão no contexto escolar em especial nas aulas de Educação Física.

Por fim, por acreditar que a inclusão não significa apenas colocar alunos deficientes na sociedade, na escola, deu-se inicio este trabalho. Entender as Necessidades Educacionais Especiais dos deficientes é o primeiro passo para se chegar a uma verdadeira inclusão, embora existam barreiras para que isto aconteça é preciso estar preparado para transpô-las. A lei diz que é direito de todos á educação, portanto cabe à escola aprender a conviver com as diferenças e traçar caminhos que levem de fato a inclusão.

Considerando que estamos vivenciando uma época em que mundialmente se fala na inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na rede regular de ensino, é importante acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças, é necessário ir além do acolhimento fazendo com que o aluno com Necessidades Educacionais Especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolva suas potencialidades.

Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para assegurar a matrícula e a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino, considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito á diversidade dos educados, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiência. Infelizmente, o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a realização de uma verdadeira educação inclusiva.

É um grande desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem perder de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com

Necessidades Educacionais Especiais. Por fim, foram apresentados os dados coletados e as discussões realizadas com professores de Educação Física e Coordenadoras Pedagógicas do ensino regular sobre a prática pedagógica dos mesmos e o processo de inclusão nas aulas de Educação Física.

JUSTIFICATIVA

As relações entre as pessoas com deficiência e as que não possuem deficiências é um fato questionável, pois as complexidades de comportamentos, atitudes e valores é os diferenciam. Diante dos expostos, este estudo busca conhecer melhor a realidade da inclusão nas aulas de Educação Física no ensino regular em (quatro) escolas Públicas de Ensino Fundamental no Município de Buritis – MG.

A pesquisa teve como finalidade promover uma reflexão sobre como está sendo desenvolvendo a inclusão em turmas do ensino regular da rede pública de educação, e quais os obstáculos que os professores encontram no decorrer deste processo através da observação das práticas pedagógicas, e da identificação dos problemas existentes.

O estudo ampara-se nos pressupostos da concepção histórica, para focar a importância da relação entre os professores / aluno para o sucesso da inclusão. A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi e será um desafio, visto que, a escola sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização justificado pela premissa de que turmas homogêneas facilitam a aprendizagem.

4- REVISAO DE LITERATURA

4.1- CONCEITUAÇÃO E TERMINOLOGIA DA DEFICIENCIA

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 3% da população nos países desenvolvidos, contra 10% nos países subdesenvolvidos, tem probabilidade de nascer com uma deficiência ou posteriormente. Nesse percentual enquadram-se as pessoas com deficiências mental, física, auditiva, múltipla e visual.

“Segundo Mazzotta (1982, p.14) é em relação ao meio onde vive a pessoa, a sua situação individual e à atitude da sociedade que uma condição é ou não considerada uma deficiência, uma vez que os problemas que assim a caracterizam decorrem das respostas da pessoa às exigências do meio”.

Nesse sentido, a pessoa com necessidades especiais só pode ser entendida a partir da caracterização das deficiências e de como essas pessoas se integram na sociedade, no trabalho e na escola.

Dessa forma, o termo “deficiente” tem sido discutido por vários autores, tendo significados diferentes. A declaração dos Direitos Das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 9 de dezembro de 1975, especifica em seu artigo 1º que: o termo “pessoa deficiente” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar a si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de suas capacidades físicas ou mentais (Cidade, 2002)

Cidade (2002) aponta ainda que, no Relatório da Reabilitação Internacional ao UNICEF encontra-se as definições de impedimento, deficiência e incapacidade divulgados pela Organização Mundial de Saúde

(OM9) da seguinte maneira: Impedimento: um psicológico, fisiológico ou anatômico, permanente ou transitório, ou uma anormalidade de estrutura ou função. Qualquer restrição ou perda na execução de uma atividade, resultante de um impedimento, na forma ou dentro dos limites considerados como normais para o ser humano. Incapacidade: uma deficiência que constitui uma desvantagem para uma determinada pessoa, porque limita ou impede o desempenho de uma função que é considerada normal dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais para aquela pessoa (UNICEF/Brasil, 1980, apud cidade, 2002, p.10).

Nesse sentido, Duarte e Werner (1995, p.8) definem que as “pessoas portadoras de deficiência são seres que possuem potencialidades, limitações e diferenças que os constituem como um ser “impar”“. Outro termo empregado também é “pessoas portadora de necessidades especiais”, que caracteriza alguém que não é necessariamente portador de uma deficiência. É um termo abrangente e define a pessoa como:

“[...] a que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades” (Brasil, 1994, p.22).

Dessa forma, Mazzotta (1996) expõe que o termo “portador” que aparece em muitas expressões é considerado impróprio, já que necessidades não se portam. No campo escolar, o termo utilizado passa a ser “pessoas com necessidades educativas especiais.”

4.2 DIFERENTES FASES DO PROCESSO DE INCLUSÃO

A historicidade da inclusão evidencia que esta atravessou diferentes fases em diversas épocas e culturas. Segundo Correia (1999), durante a Idade Antiga, na Grécia é considerado um período de grande exclusão social, pois as crianças nascidas com alguma deficiência eram abandonadas ou mesmo eliminadas, sem chance ou direito ao convívio social. Na Idade Média, pessoas com deficiências eram também marginalizadas, até por questões sobrenaturais, rotuladas como invalidas, perseguidas e mortas. Assim muitas vezes as famílias preferiam escondê-las e assim, privá-las da vida comunitária e social. A ideia de promover aos filhos, qualquer tipo de intervenção em ambientes diferenciados não era uma pratica comum. Conforme Jannuzzi (2004), no Brasil por volta do século XVIII, o atendimento aos deficientes restringia-se aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças ditas normais.

No século XX, a questão educacional foi se configurando, mais pela concepção médico-pedagógico, sendo mais centrada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação e configuram a concepção na linha psicopedagogia, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. Por volta da década de 1990 e início do século XXI avançam os estudos em Educação Especial no Brasil (Mozotta, 2005).

De acordo com os estudos de Mozotta (2005), é possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/ reabilitação.

- **Marginalização** – atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população.
- **Assistencialismo** – atitude marcada por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar proteção às

peessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos.

- **Educação/reabilitação** – atitudes de crenças nas possibilidades de mudanças e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Sassaki (2006) ao explicar sobre o processo de inclusão/integração educacional situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da historia da inclusão:

- **Fase de Exclusão:** período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial comas pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.
- **Fase da Segregação Institucional:** neste período aspessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.
- **Fase da integração:** algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligências. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.
- **Fases de inclusão:** todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos conforme suas necessidades e especificidades.

No Brasil a apropriação do discurso favorável à inclusão foi fortemente influenciada por movimentos e declarações internacionais, desde o final da década de 40, com a declaração Universal dos Direitos Humanos, tomando maior impulso a partir dos anos 90 em favor da implantação das reformas neoliberais.

A assembleia Geral da Organização das Nações Unidas produziu vários documentos internacionais, norteadores para o desenvolvimento de políticas publicas de seus países membros. O Brasil, membro da ONU e signatário

desses documentos, reconhece seus conteúdos e os respeita na elaboração das políticas públicas nacionais. Dentre os documentos produzidos destacamos: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Mundial sobre Educação para todos e “Planos de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”; Declaração de Salamanca; Convenção da Guatemala e a Declaração de Montreal.

4.3 TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NO BRASIL

Registram-se muitos avanços, na conquista da igualdade e do exercício do direito, através de marcos legais nacionais e internacionais que vieram fortalecer a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Merecem destaques:

- Lei Nº 4024/61

Apona que a educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadra-se no sistema geral da Educação.

Nesse período a educação dos deficientes era feita por classes especiais, instituições e oficinas separadas da educação regular, acentuando com isso as diferenças mesmo com a possibilidade de desenvolver habilidade nos indivíduos que a escola regular não conseguia. Ocorria também o encaminhamento de indivíduos com deficiências, a postos de trabalho após um longo período em oficinas.

- Lei 5692/71

Prevê “tratamento especial aos excepcionais”.

De acordo com Carvalho, as escolas e as classes especiais passaram a ter um elevado número de alunos com “problemas” e que não necessitaram esta ali.

A oficialização da Educacional de Educação Especial.

- Parecer nº 848/72 do CEE (Conselho Federal da Educação) sugere “adoção” de medidas urgentes para que também o campo de ensino e amparo ao excepcional seja dinamizado.
- A Constituição Federal (1988) assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de

origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo 3º, (Inciso IV). Em seu Artigo 50 constituição garante o princípio da igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade (...).

Além disso, a Constituição Federal garante em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do estado e da Família. Em seguida em seu Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para acesso e permanência a escola. O atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal (Artigo 208, Inciso III).

Portanto, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio da igualdade. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não podendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sobre qualquer outro pretexto.

- Lei nº 7853/89

Prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimento público de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

- Declaração Mundial de Educação para todos (1990)

Foi aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Em seu Artigo 3º a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio da equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de

todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (p.4).

Assim, essa Declaração afirma o direito de todas as pessoas à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência.

- Declaração de Salamanca (Julho de 1994)

Devido à inquietação que a exclusão de pessoas com deficiências causava nos países da Europa e também para reafirmar o direito de “Educação para?” em 10 de junho de 1994, representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizado pelo governo espanhol e pela UNESCO, dando ênfase a Educação Integradora, capacitando os professores e escolas para atender as crianças, jovens e adultos deficientes.

Proclama também que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combate a atitudes discriminatórias e que alunos com deficiência devem ter acesso a escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, P.330).

Dessa forma, fica evidente que a Declaração de Salamanca reforça no princípio orientador o desafio da Educação Inclusiva lançada nas escolas, no intuito de que devem acolher e ensinar todos os alunos.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº9394/96.

Ressalta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do estado e da família prevê-la. O objetivo da escola segundo a lei é promover o pleno desenvolvimento do educado, preparado para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

E nessa forma, é importante destaca que a LDBEN garante em seu artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidade especiais:

-Currículos, Métodos, Técnicas, recursos didáticos e organização específica para atender a necessidade de cada um;

-Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para conclusão de ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

- Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (convenção da Guatemala. 2001).

A convenção de Guatemala foi promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Fica claro, nessa convenção, que todas as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos das outras pessoas de não serem discriminadas por terem uma deficiência. Esse documento tem como objetivo “Prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiências e propiciar a sua plena integração na sociedade (Artigo 2º)”.

No Artigo 1º (n.2, “a”) a Convenção traz a definição do termo discriminação:

O termo “discriminação contra as pessoas com necessidades especiais” significa toda deficiência, atendente de eficiência, consequência de anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o feito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercícios por parte das pessoas com necessidades especiais de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Nesse sentido, esse documento deixa claro que pessoas com deficiência não podem receber tratamento desigual. A discriminação é compreendida como forma de diferenciação, restrição ou exclusão com base na deficiência.

- Convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiência (2006)

O Artigo 24 dessa convenção reconhece o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. Neste artigo consta que as estados partes deverão assegurar que:

- As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiências não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade gratuita, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário no hábito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e
- Efetivas medidas individualizadas de o país sejam adotadas medidas individualização de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a metade inclusão plena.

Nesse sentido, a partir dessa convenção, fica assegurado, o direito de todos os alunos de frequentar o ensino regular, não podendo haver qualquer tipo de discriminação por apresentem uma deficiência. Sendo garantido também o direito ao apoio necessário para facilitar a aprendizagem do aluno com deficiência, apoio esse que pode seve oferecido pelo atendimento Educacional Especializado (AEE) levado em consideração as necessidades específicas de cada especial. Na perspectiva da Educação Inclusiva (janeiro de 2008) estabelece que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis (Educação Básica e Ensino Superior) e realiza o atendimento de acordo com as suas necessidades educacionais específicas.

Portanto, esse documento define ainda quem são os alunos atendidos pela educação especial: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dessa forma, essa política tem por objeto: (...) o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promoverem respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

-Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; - Atendimento educacional especializado; - Continuidade da escolarização nos níveis mais elevado do ensino; - Formação dos professores para o atendimento Educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar; - Participação da família e da comunidade; - acessibilidade urbanística, arquitetura, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação: articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas (secretaria de educação Especial, 2008, p.14)

Nesse sentido, com essa nova versão da proposta de educação inclusiva surge um diferente enfoque fortalecendo a educação especial.

DECRETO nº 6.571/2008

Este decreto dispõe sobre o atendimento educacional especializado, consolidando diretrizes e ações já existentes, voltados para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 99394/1996 destino aos recursos do fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades superlotações matrículas na rede pública de ensino regular.

Dessa forma, esse documento define o atendimento educacional especializado como sendo “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Artigo 1º, parágrafo). Nesse sentido, consta neste decreto, as ações que serão realizadas pelo Ministério da Educação para o atendimento educacional especializado. Dentre essas ações estão:

- 1- a implantação de salas especializadas;
- 2- a implantação de salas de recursos multifuncionais;
- 3 - a formação de professores para a AEE;
- 4 - a formação de gestores arquitetônicas das escolas e;
- 5- a produção e destruição de recursos para a civilidade.

DECRETO nº 6.949,25 de agosto de 2009

Tem como próprio promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover a respeito por sua dignidade inerente.

Dessa forma, esse e muitos outros fatores contribuem para a efetivação do atendimento às pessoas com deficiência, reafirmando que a educação é um direito de todas e dever do estado e da família, assegurado pela constituição brasileira no Artigo 205, promovendo assim uma sociedade que aceite e valorize as diferenças sem exceção.

Nesse sentido, para que aconteça realmente uma “educação para todos” é primordial que seja feita uma verdadeira revolução dos conceitos e uma transformação de mentalidades “cheia” de preconceito, para que se desencadeie um movimento realmente inclusivo de respeito, dignidade e integração em prol das pessoas com deficiência que só será possível quando acontecer uma mudança de postura dos profissionais da educação. Nesse sentido, então, devemos conviver, respeitar, tolerar, acolher e aceitar as diferenças, e para que isto aconteça se faz necessário que seja fomentado em crianças desde a mais tenra idade e em todos os níveis do sistema educacional uma atitude de respeito para com os direitos das pessoas com deficiências. Somente dessa maneira teremos adultos que valorizam e respeitam a igualdade como um direito básico de todo cidadão e não como algo que precisa ser conquistado.

Nesse contexto, Paulo Freire diz que: “a inclusão não é utopia, mais uma oportunidade a ser realizada, desde que todos nós iniciaremos uma luta contra nossos preconceitos e formas mais mascaradas de práticas de exclusão”.

Dessa forma, é fundamental e importante, que professores e alunos considerados “Normais” e o poder público cumpra cada qual o seu papel de infância crítica de realidade e a escola de formadora de cidadãos que possam participar da vida em comunidade. Para maximizar a aceitação e a paz social, todas as crianças devem ter a oportunidade de tornarem – se membros regulares da vida educacional e social.

4. 4- EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

A inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50. A inclusão é a modificação da sociedade com pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais possa buscar o seu desenvolvimento e exercer sua cidadania (Sassaki,1997). Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Segundo (Cidade e Freitas, 1997): Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação.

Segundo (Edler Carvalho, 1998, p.170): Na escola, “conceitualmente, que todos, sem exceção devem participar da vida acadêmica, em escalas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente”.

Dessa forma, a escola como espaço inclusivo tem sido alvo de inúmeras reflexões e debates. A ideia da escola como espaço inclusivo nos remete as dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, a engenharia, os transportes, o acesso, as experiências, os conhecimentos, os sentimentos, os comportamentos, os valores etc. coexistem, formando este lócus extremamente complexo. A partir disto, a descrição e uma escala para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção de alunos com necessidades especiais. A grande polêmica está centrada na questão de como promover a inclusão na escola de forma responsável e competente.

Nesse sentido, quanto à área de Educação Física, a Educação Física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação onde prevê a atuação do professor de

Educação Física com o portador de deficiência e outras Necessidades Especiais. Por isso sabe-se que atualmente muitos professores de Educação Física Nas Escolas Não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física adaptada ou a inclusão.

Dessa forma, nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com deficiência e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e porque os escolares que não tem deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência.

Nessa perspectiva, a Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento as características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (Duarte e Wener, 1995, p.9). Segundo (Bueno e Resa (1995)

“A Educação Física adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da educação física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento visando atender as necessidades de seus educando”.

Nesse sentido, é preciso ver a inclusão, como uma adicional, considerar as peculiaridades da população associadas às estratégias que serão utilizadas. Como base no que foi colocado, o professor de Educação Física poderá conhecer a necessidade, os interesses e as possibilidades de cada aluno e de cada grupo com que trabalha. Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de inclusão, porque o professor sabe e pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos.

METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa abordou a prática pedagógica dos professores na Educação Física. Neste tópico serão apresentados o campo de pesquisa, os métodos utilizados e os sujeitos investigados. Esse trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, de campo, e através de questionários, como forma de auxiliar as ideias nele desenvolvidas. Segundo Prestes (2008, p.26), “a pesquisa bibliográfica é aquela que busca adquirir conhecimentos a partir de informações provenientes de materiais gráficos ou de outras fontes”. No caso deste trabalho, foram pesquisadas fontes que abordem a temática estudada, como livros, artigos, documento, de modo a complementar o estudo que foi reforçado com a pesquisa de campo e questionários.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa e utilizará o método de abordagem qualitativo descritivo, compondo-se de uma pesquisa de campo, na qual os professores de Educação Física, e Coordenadores Pedagógicos serão investigados quanto às dificuldades e necessidades para atender o aluno com Necessidades Especiais, nas aulas de Educação física.

A pesquisa, cujo tema é “Inclusão nas aulas de Educação Física, buscará desenvolver uma análise reflexiva sobre o papel da escola na Inclusão de alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física”.

A pesquisa foi feita em quatro (4) escolas públicas de Buritis- MG onde funcionam turmas do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos turnos manhã e tarde. A primeira escola pesquisada foi a Escola Municipal Cândido Jose Lopes, Rua Brasília número 53 – Centro com Seiscentos dois (602) alunos sendo dois com Necessidades Especiais, a segunda foi a Escola Municipal Nilson Alves de Sousa, Bairro Israel Pinheiro, com seiscentos (600) alunos sendo dois com Necessidades Especiais, na terceira escola pesquisada foi Escola Municipal João Joaquim Ramos com quatrocentos(400) alunos dois (02) com Necessidades Especiais e a Escola Estadual Anália Carneiro dos Santos com duzentos e dezenove (219) alunos sendo três com Necessidades Especiais.

Com o objetivo de conhecer melhor os sujeitos da pesquisa foi elaborado um questionário direcionado aos mesmos, o público alvo foi composto por professores de Educação Física, e Coordenadoras Pedagógicas das escolas Públicas do ensino Regular no Município de Buritis- MG.

Com relação dos sujeitos pesquisados, cursos, tempo de formação, tempo de atuação. A pesquisa de campo se constitui em uma técnica eficiente para a realização de coleta de informações acerca de determinado fato ou problema.

O estudo foi realizado de maneira satisfatória, foi utilizados questionários estruturados, sendo estes conceituados por Gil (2002) apud Oliveira (2009) como sendo “a técnica de investigação composta por um número de questões (objetivas ou não) que são apresentadas aos sujeitos e que tem como objetivo conhecer opiniões, sentimentos, interesses, expectativas, situações, etc.”; e como procedimentos técnicos, o estudo de campo.

A amostra foi composta por professores de Educação Física, e Coordenadoras Pedagógicas da Escola Públicas do Ensino Regular do Município de Buritis – MG nas quais responderam a um questionário com perguntas abertas. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas específicas para os professores, com dados pessoais dos professores, sobre quanto tempo trabalham na área da inclusão e as dificuldades encontradas por eles para ministrarem suas aulas aos alunos com Necessidades Especiais, e os motivos que dificultam esse processo nas suas aulas, e outro questionário com perguntas abertas para as Coordenadoras Pedagógicas, sobre o suporte pedagógico oferecido pela Instituição de ensino, e as questões sobre a prática pedagógica no atendimento aos alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física.

Os dados foram coletados em escola pública do Município de Buritis- MG no próprio lugar onde os professores ministram as aulas.

Análise e Discussão

A apresentação dos dados coletados foi realizada visando-se a obtenção inseparável aos objetivos da pesquisa, sendo realizada uma análise qualitativa

e quantitativa das respostas adquiridas através dos questionários propostos. Os resultados serão apresentados em duas etapas temáticas:

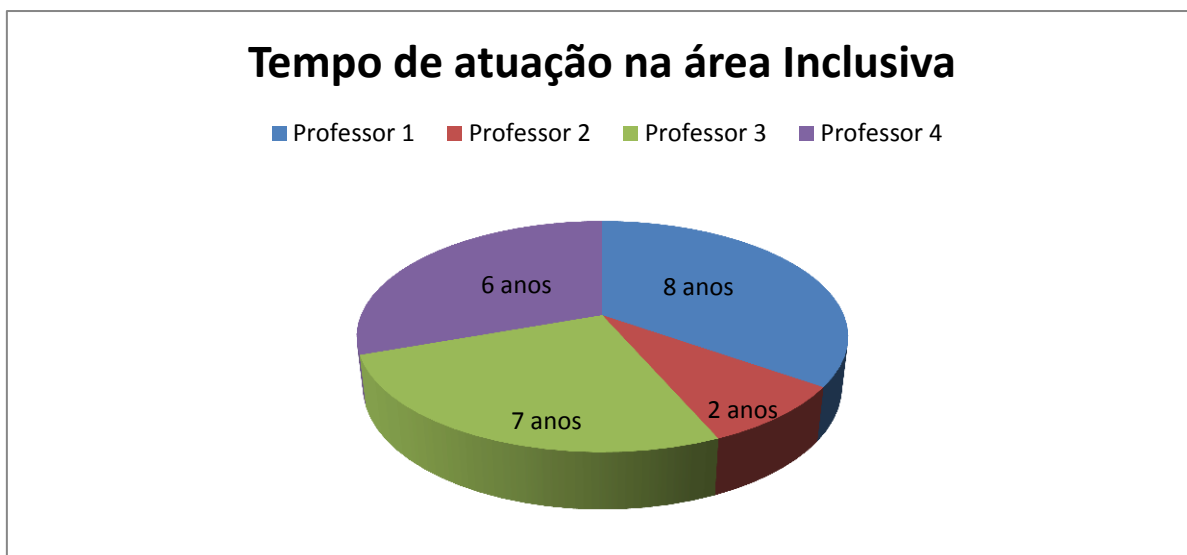
Na primeira Etapa foi questionado sobre o nível de conhecimento dos professores de Educação Física, também foi pesquisado sobre os professores e suas dificuldades a ser trabalhado nas aulas, o suporte pedagógico oferecido pela Instituição de ensino, e as questões sobre a prática pedagógica no atendimento aos alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física.

1ª. ETAPA: Nível de conhecimento dos professores

O primeiro dado a ser investigado através das entrevistas dos participantes da pesquisa foi o tempo de atuação na área da inclusão, cujo resultado consta no gráfico 01.

Entre os professores entrevistados foi verificado que apenas um deles possui Especialização em Educação Especial.

Gráfico 01 – Tempo de atuação na área Inclusiva



Fonte: Dados adquiridos nas 04 (quatro) Escolas. Arrumar gráfico do jeito certo.

Ao observar os dados inseridos no gráfico 01, ressalta-se que todos os pesquisados atuam na Educação Inclusiva há mais de 01 (um) ano, sendo que apenas um atua a mais de 08 anos.

Segundo Mantoan (1998, apud FERREIRA, 2003, p.118): O aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adoção de princípios educacionais válidos para todos os alunos resultarão naturalmente da inclusão escolar dos portadores de deficiência. Em consequência, a educação especial adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas um grupo exclusivo de alunos - o dos portadores de deficiência, mas uma modalidade de ensino especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas a heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com os ideais democráticos.

Neste contexto de desenvolvimento, para impulsionar as mudanças sociais, políticas e culturais, a necessidade do desenvolvimento inclusivo por meio dos programas de acessibilidade e formação continuada de professores nas escolas.

Em relação à questão levantada na pesquisa – “O que você entende por Inclusão, todos os pesquisados responderam apresentando saber o que realmente são os princípios básicos que definem o conceito de inclusão.

Nesse sentido, Duarte e Werner (1995, p.8) definem que as “pessoas portadoras de deficiência são seres que possuem potencialidades, limitações e diferenças que os constituem como um ser “impar””. Outro termo empregado também é “pessoas portadora de necessidades especiais”, que caracteriza alguém que não é necessariamente portador de uma deficiência

Na pergunta, onde é apresentada uma abordagem mais política sobre o assunto.

Um docente entrevistado respondeu:

“o problema manifesto por uma criança é um conjunto de fatores que influencia todo sistema escolar, não apenas ao professor e sua turma”.

Outro docente, que tem especialização na área disse que este é um tema complexo, que a área é extensiva desde que ofereçam condições de trabalhar, aí sim pode se tornar uma das principais áreas.

Declaração de Salamanca: UNESCO, 1994.

O Objetivo da Inclusão Social é interagir o portador de deficiência passando uma imagem de uma sociedade não preconceituosa. Para a verdadeira escola inclusiva é necessária a transformação da concepção de deficiência vista pelos profissionais envolvidos. A ação deve ser baseada neste conceito (BARTALOTTI, 2008).

Nesta linha, o processo de transformação de inclusão deve começar pelos educando, com conhecimentos de aprofundamento nesta área que funcione como meio facilitador para eficazes participações nas aulas inclusivas.

Foi apanhado, para os docentes, o questionamento sobre o nível de conhecimento sobre a Educação Inclusiva para a elaboração de suas aulas.

Tabela 01 – Fonte de conhecimento sobre Educação Especial

Fonte	N	%
Graduação	04	100
Pós-graduação	03	90
Curso de extensão	03	90

Fonte: Dados adquiridos nas 04 (quatro) Escolas.

Na tabela 01, apresenta quando os entrevistados tomaram conhecimento da Educação Especial, e se houve prosseguimento deste conhecimento. Assim sendo, verifica-se que todos os participantes obtiveram conhecimentos sobre o assunto no decorrer de sua graduação.

Assim sendo, 90% ampliaram seus conhecimentos por meio de pós-graduação, 90% por meio de cursos de extensão.

Segundo (Edler Carvalho, 1998, p.170): Na escola, “conceitualmente, que todos, sem exceção devem participar da vida acadêmica, em escalas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente”.

Ao serem perguntados quais são suas dificuldades ao trabalhar com esses alunos, cada um teve seu posicionamento quanto a sua dificuldade de trabalhar com alunos Necessidades Especiais, aceitação dos colegas na equipe, recursos didáticos, fazer com que a turma se envolva na mesma atividade proposta, socializá-los e entregá-los na sociedade às vezes é difícil, ou seja, a exclusão desses alunos com Necessidades Especiais começa com a rejeição dos próprios alunos considerados normais, na questão indagada destaca-se a seguinte resposta: “Às vezes me sinto despreparado, aprendo mais com eles do que ensino eu penso.”

Assim, para Silva (2009, apud, PAULA, 2011, p.42), a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais é uma dificuldade que a ser enfrentada pela equipe de docentes das escolas regulares visto que o processo de inclusão necessita de tempo para ser implementado e executado, de um projeto que envolva toda comunidade escolar e local, permitindo a esses alunos com necessidades especiais, o acesso a toda prática educativa realizada, buscando garantir sua permanência na instituição de ensino.

O autor ressalta a necessidade de serem criadas condições para a efetiva participação de alunos com Necessidade Especiais que oriente o trabalho dos professores que atua nesta área.

Ao perguntar se em função das limitações da criança deficiente; ela pode se sentir inferior às demais e não se desenvolver de maneira condizente nas aulas de Educação Física quando incluídas em turmas regulares, somente um professor, disse que sim ela se sente inferior as demais. Os outros três professores respondem que não, depende e pode ter caso que sim ou não.

Geralmente, é no aluno portador de deficiência mental onde com mais frequência e facilidade vão surgir os problemas de compreensão (Bueno e Resa, 1995).

Segundo o autor, o aluno tenta com maior ou menor acerto, mas na maioria das vezes, suas potencialidades são limitadas em pessoas com deficiência mental.

Na pergunta você tem conhecimento sobre as características físicas particulares de alunos com Necessidades Especiais para não causar riscos a estes alunos em suas aulas.

Todos os professores ressaltaram que sim, que tem conhecimento quanto as características de cada alunos seu com Necessidades Especial.

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (Cidade e Freitas, 1997).

Para o autor conhecendo o problema dos seus alunos, isso lhe permitirá as adequações necessárias em função das necessidades educativas.

O questionamento sobre se algum momento foi oferecido aos professores um curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência em turmas inclusiva, 90% dos professores disseram não, e somente 10% disseram sim, 90% disseram que nunca foi oferecido, um plano pedagógico que incluísse esses alunos com Necessidade Especiais, planos de

aulas adaptados, cursos, materiais, ou um espaço adequado, para realização de suas atividades.

O profissional de Educação Física deve estar preparado para abranger conteúdos diversificados adaptando-os nos vários estilos de aprendizagem, podendo assim satisfazer todos os alunos garantindo uma educação igualitária a todos, sem exclusão. A escola e os profissionais que nelas trabalham precisam atender a todas as necessidades dos alunos tendo assim que criar estratégias de ensino para que haja uma integração (MACIEL, 2011, p. 5).

A utilização de diversificadas estratégias possibilita verdadeiras condições de compreensão aos portadores de Necessidades Especiais.

Ao indagar aos professores de Educação Física se eles consideravam as atividades que aplicavam nas suas aulas eram apropriadas para os estudantes com deficiência, 90% respondeu que às vezes, e somente 10% responderam que sim. Vale ressaltar, que não há uma atividade específica como meio facilitador para a participação de alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física.

Esse é um grande desafio que se impõe aos Municípios brasileiros, aos gestores, aos serviços de educação especial, aos educadores na classe comum, à toda comunidade escolar, às universidades, às famílias e organizações não governamentais, para que juntos possam elaborar um projeto pedagógico que realmente atenda às necessidades educacionais especiais desses alunos, construindo, assim, uma escola e uma comunidade mais inclusiva. (GODÓI, 2006, p.07).

O autor ressalta que os programas de Educação têm que abranger na prática o sentido da diversidade, onde garanta as mesmas oportunidades de participação e estimule a criatividade do professor.

A pergunta se você vê a disciplina curricular de Educação Física, com rigor e com investimento, ser efetivamente uma área-chave para tornar a educação mais inclusiva e por quê, todos os professores responderam que sim, todos vem a Educação Física como uma área extensa que oferece varias condições de trabalhar com a Educação Inclusiva, pois ela é voltada para o afetivo social e é a principal área que tem como objetivo de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais.

Segundo (Bueno e Resa (1995)

“A Educação Física adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da educação física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao individuo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento visando atender as necessidades de seus educando”.

2- ETAPA: Suporte e Apoio Pedagógico

Nesta etapa será apresentado sobre suporte e apoio pedagógico bem como a estrutura física oferecida pela Instituição de Ensino para a prática das aulas de Educação Física incluindo os alunos Necessidades Especiais, das Coordenadoras Pedagógicas das referentes escolas.

Ao perguntar para as Pedagogas o que é inclusão para você, todas responderam com conhecimentos de aprofundamento nesta área.

Uma delas respondeu;

“Incluir significar receber, acolher crianças e jovens com deficiências no ensino regular, oferecendo um atendimento adequado, com acompanhamento de profissionais da saúde, equipamentos específicos necessários de acordo com as necessidades de cada aluno, professores qualificados para ensiná-los num ambiente adaptado às necessidades especiais”.

O questionamento sobre se algum momento foi oferecido aos professores um curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência em

turmas inclusiva, contudo quanto à resposta das Pedagogas, oferecem total apoio aos Professores de Educação Física, pois estas asseguraram que faltam as mudanças efetuadas em termos de metodologia, para trabalhar nas escolas com esses alunos Especiais, e uma delas afirmou que há verbas para infraestruturas das escolas se adaptarem a esses alunos, e para efetuarem este trabalho e que muitas escolas, não correm atrás desse direito.

De acordo com Silva (2006), cabe ao professor compreender as potencialidades e necessidades de seus alunos, para que possa ajudá-los efetivamente.

Segundo o autor deve partir do professor as iniciativas para adaptações nas atividades, para propor a participação do aluno e sua necessidade.

As Coordenadoras Pedagógicas das Escolas pesquisadas, quando questionadas sobre as necessidades para inclusão: 100 % responderam que há necessidade de adequação da estrutura física da escola, e que também há necessidade de uma maior preparação dos professores de Educação Física para a prática e Educação Inclusiva.

Segundo (Cidade e Freitas, 1997): Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação

Ao questionar as Coordenadoras Pedagógicas se o desconhecimentos sobre a questão da inclusão e as Políticas Públicas Educacionais impedem as adaptações necessárias que podem ajudar na inserção educacional dos alunos com deficiências na escola, todas elas responderam que sim, uma delas respondeu que; a maioria da população desconhece a Lei que o governo Federal presta assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios para o acesso dos alunos no Ensino Regular e formação de professores.

Os gestores Estaduais e Municipais deveriam utilizar os recursos, organizando o sistema de ensino voltados para diversidade, firmando parcerias e administrando honestamente os recursos repassados pelo governo federal.

A discussão sobre educação inclusiva já vem ocorrendo há algum tempo e ainda gera grandes lacunas. Por isso, o debate tem de continuar, tanto na esfera governamental quanto na escolar, envolvendo todos os sujeitos que dela participam, para que formas de ensino, planejamento e políticas sejam constantemente avaliadas, para que a inclusão se concretize, para que a escola seja democrática e para todos, como prega a educação inclusiva (MICHELS, 2002).

Com relação à pergunta como você trabalha as dificuldades encontradas pelos professores para incluir alunos com necessidades nas atividades desenvolvidas nas aulas em que eles ministram, todas elas responderam que buscam informações como meio facilitador para efetiva participação de alunos com Necessidades Especiais, assim como orientar o trabalho do professor.

Finalmente, a ultima pergunta a Coordenadora Pedagógica, sobre o que ela entendia que mais dificultava a inclusão nas Escolas, as Políticas Públicas ou o despreparo dos professores, todas responderam que a inclusão destes alunos requer definições de Políticas Publicas de forma a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos.

A inclusão escolar teve como marco fundamental, como discutido anteriormente, a *Declaração de Salamanca* (1994), que é derivada da preocupação com a oferta da "escola para todos" e sua finalidade era "estabelecer princípios, diretrizes e marcos de ação para que todas as *crianças* do mundo pudessem ter satisfeitas as *necessidades básicas de aprendizagem*" (BUENO, 2008, p. 46-47)

Para impulsionar as mudanças na inclusão é preciso um processo de transformação no sistema educacional apartir da gestão pública.

ANALISE DOS DADOS

Finalizado a coleta de dados e posterior apresentação acima, serão analisados os dados.

As dificuldades dos professores de Educação Física nas práticas inclusivas das aulas de Educação Física e o discurso de apoio pedagógico e material disponibilizados pela equipe gestora para esta finalidade, e também vai ser analisada a prática propriamente dita da Educação Inclusiva da Educação Física nas escolas pesquisadas.

Inicialmente percebeu-se que todos os sujeitos participantes da educação nas escolas pesquisadas, atuam na Educação Inclusiva.

Em vista ao relevante dado inicial a prática de Educação Física Inclusiva será oferecida de forma a atender o público com Necessidades Especiais.

É possível notar a reformulação das práticas educacionais inclusivas, apoiadas na LDB, Capítulo V, Art. 59 (BRASIL, 1996), que esclarece a importância e a necessidade dos sistemas de ensino oferecer atendimento especializado, bem como a necessidade dos professores do ensino regular ser capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns, vendo-se que todos os professores atuais na área da inclusão, mas somente um professor tem especialização na área inclusiva.

Entre obrigação legal e prática possível, cabe destacar que somente um professor possui curso especializado na área, e que os outros três buscam conhecimentos devidamente atualizados para o aprofundamento de informações na área de inclusão para atuação com a prática inclusiva.

Dessa forma, toda atividade física deve ser analisada para se ter um resultado satisfatório quando se tratam de alunos com Necessidades Especiais, seus avanços, progressos e dificuldades. É importante o professor reconhecer o valor das atividades físicas e se organizarem relação ao assunto, para proporcionar ao aluno momentos diversificados e interessantes.

O conhecimento e entendimento de inclusão apresentado pelos docentes comprovaram que a uma ilusória teorização sobre o tema, ele é tratado com uniformidade, pois apresentam conceito construído em contraposição a uma análise específica.

Nas questões percebeu-se uma preocupação de que a sala de aula simplesmente não é o lugar para trabalhar com determinados estudantes do que com uma pratica condizente principalmente na questão relacionada à Educação Física Inclusiva. Resposta do tipo “é o direito e garantia de toda a inclusão” É valida desde que tenha um monitor “

Nas frases ditas, observamos a falta de preparo do professor para atuar com o aluno portador de deficiências, e promover essa inclusão nas escolas pesquisada de Buritis/MG, pois a Inclusão não depende somente da escola ou de Leis Publicas, mas principalmente da atitude do professor em sala de aula.

Com relação à questão de quanto se sentem habilitado para desenvolver a pratica para esses alunos, a uma grande preocupação com os resultados obtidos todos dizem possuir conhecimento sobre a inclusão, deixando uma aparência de que não a precisão de se buscar especialização.

Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva basea-se numa concepção de educação de qualidade, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores, e não teve um que afirmasse que não tem conhecimento sobre o tema em questão.

A preocupação sobre os dados relatados acima e, necessário que os educadores reflitam sobre sua prática nas salas de aulas de Educação Física e fora dela atuando entre seus alunos, e em contato com os pais.

Por tanto é hora de unir nossas forças e iniciar um trabalho com a participação de profissionais da educação, alunos pais de alunos, no sentido de rever suas práticas pedagógicas e discutir novas perspectivas um novo paradigma para construção de uma proposta de ensino de qualidade que atinja as necessidades intelectuais físicas e cognitivas dos alunos com Necessidades Especiais.

A comprovação da deficiência acima levantada vem com os dados do questionamento sobre como os entrevistados tomaram conhecimentos sobre a Educação Especial. Nesta verificou-se que, apenas um (1) fez ocurso de especialização sobre o tema, contudo, todos os professores entrevistados são professores de educação física.

É relevante que embora não tenham buscado uma especialização quase a todos os professores procuraram um aprimoramento do assunto através de leituras independentes, contudo com esses aprimoramentos o professor de Educação Física demonstra um erro total, em sua visão os mesmo estão se tornando cursos de capacitação, através dessa visão faz-se uma reflexão junto à metodologia utilizada pelos professores de Educação Física, para um deficiente físico.

Quando perguntados quais são suas dificuldades ao trabalhar com esses alunos, vimos que os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de intenção na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivarem os processos de ensino e aprendizagem.

Na pergunta, em função das limitações da criança deficiente; ela pode se sentir inferior às demais, e não se desenvolver de maneira condizente nas aulas de Educação Física quando incluídas em turmas regulares, enquanto membro de uma estrutura educacional, e possuidor de um conhecimento específico e pedagógico que possibilite aos alunos desenvolverem suas potencialidades pessoais e sociais, dentro de uma concepção de cidadania o professor de educação física deve buscar uma interação efetiva com seus alunos e a coerência entre teoria e prática, objetivando proporcionar uma educação consciente e transformadora.

Quanto sobre o conhecimento sobre as características físicas particulares de alunos com Necessidades Especiais para não causar riscos a estes alunos em suas aulas, eles dizem conhecer, mas não, considera, na prática pedagógica, a avaliação das dificuldades, de modo a organizar o processo de desenvolvimento destes alunos, estudando suas potencialidades para o bom desenvolvimento em suas aulas.

Em fim Etapa pode ser concluída que a Educação Física na Educação Especial básica seja fundamentada nas reflexões sobre as necessidades atuais do ensino perante os educandos, na superação de contradições e na valorização da educação.

Assim, para contemplar alterações na prática do professor de Educação Física, deve-se reconhecer a necessidade de ocorrer um maior aprofundamento no entendimento do real papel da escola, do professor e da disciplina.

CONCLUSÃO

Sabe-se que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão e que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é também uma forma de respeitá-lo, garantindo a possibilidade de recebimento, pessoal e social. No entanto, percebeu-se nas quatro escolas pesquisadas de Ensino Regular em Buritis – MG que as dificuldades existem em lidar com a inclusão desses alunos nas aulas de Educação Física.

Apesar dos resultados das entrevistas serem otimistas e positivas em relação à inclusão nas aulas de Educação Física, o que a pesquisadora observou não condiz com as entrevistas. Na fala dos professores constata que a inclusão vem se efetivando gradativamente, mas isso está longe de atender a um ideal, foge até mesmo dos princípios estabelecidos pela Declaração de Salamanca, a qual se constitui num importante documento, norteador, e que trata dos princípios, da política e da prática da Educação para as Necessidades Especiais e, que recomenda que as escolas se ajustem e se organizem para atender as necessidades de todos os alunos.

Dessa forma, o que ficou evidente é que as escolas recebem os alunos com necessidades Educativas Especiais, porém os professores da Educação Física em suas práticas pedagógicas não estão preparados para promoverem a inclusão, precisam de apoio de especialistas. Reconhecem que sabem da importância da inclusão, de uma educação democrática, que atenda satisfatoriamente a totalidade dos alunos, mas apontam que precisam de muito apoio da escola/comunidade/pais para proporcionar a esses alunos um ensino adequado às suas necessidades.

Nesse sentido, fica claro, que os professores de Educação Física em sua maioria, não se sente a vontade e não estão preparados para trabalhar a

inclusão, diante das dificuldades encontradas no âmbito escolar: falta de infraestrutura, recursos materiais, a dificuldade em se comunicar ao ensinar, dificuldade em planejar as aulas e às vezes o não conhecimento das deficiências em relação as Necessidade Educativas Especiais, e principalmente, os professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade do aluno, sobretudo com as que apresentam deficiência ou dificuldade de aprendizagem que exigem maior grau de adaptação curricular.

É importante ressaltar que uma (1) dentre as (4) quatros escolas pesquisadas, atende aluno surdo, cadeirante e outras deficiências intelectuais, possui atendimento em sala de recursos, e uma professora interprete de libras. Porém, nas aulas de Educação Física, o professor de Educação Física, não recebe auxílio e nem apoio por parte desses profissionais para efetivar e estimular a inclusão dos mesmos.

Nesta perspectiva, conclui-se que incluir pessoas com necessidades Educativas Especiais na escola regular, implica flexibilização ou adequação de currículo, metodologias e avaliação. Implica também trabalhos em grupos nas aulas, e na criação e adequação das estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação desses alunos. Cabendo ao professor de Educação Física realizar uma prática pedagógica em Educação Física que favoreça a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo.

Sendo a escola, o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. Introdução à Educação Física e ao desporto par pessoas portadoras de deficiência. Curitiba: Edu. UFPR, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi (1997).

BRASIL; MEC/SEESP. Política Nacional de educação especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1994.

DUARTE. E; Werner, t. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In, Costa, V.L. de M (cood.) Curso de atividade Física e desportiva para pessoas portadoras de deficiências: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT/UGF, 1995, V.2,

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a liberdade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação, set./dez. 2006, v. 11, n. 33 2002

BRASIL. LDB; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996

MAZZOTTA, M.J. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Fundamentos da Educação Especial. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1982. (série cadernos de educação).

Declaração de Salamanca: Convenção da Guatemala e a Declaração de Montreal.

SILVA, S.M.A. da e KRUG, H.N. Inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na Educação Física escolar: um estudo de caso. In: XIV Jornada Acadêmica Integrada da UFSM. Anais..., Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1999. p. 1198.
Brasília: UNESCO, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

Anexo

1- ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



**Universidade aberta do Brasil na Universidade de Brasília- UAB
UnB**

Licenciatura em Educação Física.

Trabalho de Conclusão de Curso I

Tutor à distância: Luiz Cezar

Supervisor: Américo Pierangeli Costa

Acadêmica: Patrícia Nunes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO

NA PESQUISA

Você está sendo convidada para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o documento de consentimento de sua participação, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto;

Responsável:

Descrição da pesquisa

Observações importantes:

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu,.....,RG.....CPF.....

abaixo assinado, autorizo a utilização para fins acadêmico científicos do conteúdo do (teste, questionário, entrevista concedida e imagens registradas – o que for o caso) para a pesquisa:Fui devidamente esclarecido pelo (a) aluno (a),, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os seus objetivos e finalidades. Foi-me garantido que poderei desistir de participar em qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Também fui informado que os dados coletados durante a pesquisa, e também imagens, serão divulgados para fins acadêmicos e científicos, através de Trabalho Monográfico que será apresentado em sessão pública de avaliação.

.

BURITIS /MG

Nome e Assinatura:

Carimbo da Instituição

2- Anexo



Universidade aberta do Brasil na Universidade de Brasília- UAB UnB

Licenciatura em Educação Física.

Trabalho de Conclusão de Curso I

Tutor à distância: Luiz Cezar

Supervisor: Américo Pierangeli Costa

Acadêmica: Patrícia Nunes

Questionário de campo. Com professores

1- Você trabalha com Inclusão? Quanto tempo tem de experiência?

2- Qual a sua percepção sobre inclusão?

3- Quanto você se sente habilitado para desenvolver a prática para esses alunos?

4- Quais os tipos de necessidades que eles têm?

5-Quais são suas dificuldades ao trabalhar com esses alunos?

6- Há um planejamento voltado para Inclusão?

7- Você tem conhecimento sobre as características físicas particulares de alunos com Necessidades Especiais para não causar riscos a estes alunos em suas aulas?

8-Para você qual é o papel da Escola no processo de Inclusão?

9-Você acredita que a atenção extra requerida pelos estudantes deficientes pode prejudicar a fluidez das aulas de Educação Física e o desenvolvimento dos demais alunos?

10-Em função das limitações da criança deficiente, ela pode se sentir inferior às demais e não se desenvolver de maneira condizente nas aulas de Educação Física quando incluídas em turmas regulares?

11-.Você considera as atividades que aplica nas suas aulas de educação física apropriadas para os estudantes com deficiência?

12-Em algum momento foi oferecido a você curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência em turmas inclusiva

13-A disciplina curricular de Educação Física pode, com rigor e com investimento, ser efetivamente uma área-chave para tornar a educação mais inclusiva? Por quê?



PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II

Tutor: Luiz Cesar

Data. 22/10/2014

Pólo: Buritis

Aluna: Patrícia Nunes

QUESTIONARIO DE CAMPO REFERENTE ÀS PEDAGOGAS.

1- O que é inclusão para você?

2- Você acha que o desconhecimentos sobre a questão da inclusão e as Políticas Públicas Educacionais impedem as adaptações necessárias que podem ajudar na inserção educacional dos alunos com deficiências na escola?

3- Quais as mudanças efetuadas em termos de metodologia, para trabalhar nas escolas com esses alunos Especiais?

4- Como você trabalha as dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física, para incluir alunos com necessidades nas atividades desenvolvidas nas aulas em que eles ministram?

5- Q que você mais acha que dificulta a inclusão nas escolas as Políticas Públicas ou o despreparo dos professores?